

estão aspirando o Controle Social? Há debate interno dentro do Segmento de Entidades? O diálogo com os pares acontecem? O Controle Social deve construir dinâmicas participativas. E com eventos e participação das representações. O Estado deve discutir essa temática. 2º dia – 18 de novembro de 2014 – Oficinas - Oficina 1 - Mecanismos e modelos de mobilização para a participação de usuários - Representante COMAS/SP – Claudia Elizabete da Silva - Coordenação: Aldenora Gomes Gonzalez, Conselheira Suplente do CNAS no segmento de Usuários e de Organização de Usuários da Assistência Social, representante do Instituto Ecovida; Painelistas: Conselheiro Leandro Freire – Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – SP. Sr. Samuel Rodrigues - Representante do Movimento Nacional de População de Rua – MNPR. Leandro Freire destaca os marcos legais que prevêm a participação dos usuários, a Constituição Federal – 1988; Lei Orgânica da Assistência Social – 1993; Política Nacional de Assistência Social – 2004. Na LOAS ressalta o artigo 16, que estabelece a participação nos Conselhos de Assistência Social, com deliberação colegiada, caráter permanente e composição paritária com outros segmentos. A partir da sua experiência no Conselho Municipal de Santos/SP, discorre sobre como se dá a participação efetiva dos usuários nos Conselhos. No Município de Santos a estratégia usada foi através da aproximação com a comunidade, com reuniões descentralizadas, o conselho está indo aos territórios, esclarecendo os papéis e formas de participação, proporcionando espaços para propostas. No Programa Bolsa Família, em Santos, desde 2005 as reuniões são itinerantes. A linguagem, na visão do conselheiro, também deve ser simplificada, pois são centenas de siglas que atrapalham o fluxo de comunicação entre os usuários e os outros segmentos, além de termos específicos da Assistência social, que prestam o deserviço de afastar a população. Propõe reflexões sobre a natureza da assistência social; que se facilite um amplo processo de formação e capacitação aos usuários, além do aumento das reuniões itinerantes. Samuel Rodrigues, ex-morador de rua e conselheiro do CNAS, registra que é necessário um processo de mobilização constante para trazer a discussão política e a participação dos movimentos sociais. Possibilitar a intervenção dos usuários em relação aos serviços prestados parte da premissa de que a conscientização também é direito para o exercício da cidadania. Acredita que o Centro Pop é um espaço de mobilização, é este espaço que possibilita montar estratégias entre grupos de usuários. As instâncias precisam se adequar aos usuários para garantir essa participação. Aponta as perseguições sofridas por usuários que criticam os serviços. A vulnerabilidade se apresenta na forma da vingança, pois quem denuncia corre o risco de perder o serviço, a alimentação, a vaga. O conselheiro destaca que o fomento e a participação efetiva geram um sentimento de pertencimento. Salienta que são necessários recursos para essas mobilizações, por meio das três esferas governamentais. Propõe, por fim a discussão da Resolução 24 do CNAS. Propostas e intervenções da plenária: A coordenadora da Mesa, Conselheira Aldenora, questiona a participação dos usuários nos Eventos dos Conselhos e porque essa participação é restrita, nesta reunião descentralizada do CNAS, o número de usuários foi de 4 ou 5 pessoas. A presença não é garantida por falta de recursos. Sugere a formação de uma comissão para instalar o Fórum Nacional dos Usuários da Assistência Social. Este será o órgão que articulará os Fóruns Estaduais e possibilitará mobilizar os usuários para as políticas da assistência social. As intervenções na oficina propuseram maior transparência com prestação de contas, formação aos gestores, acesso à informação. A percepção de alguns é de que os gestores subestimam o usuário, o vêem como incapacitado, que precisa de alguém para decidir por ele. A troca de informações levou a conclusão de que os problemas são muito parecidos para diversas realidades, que os municípios talvez não queiram o empoderamento dos usuários, registram que os gestores, muitas vezes, demonstram uma ignorância que é mera conveniência. Os IGDs devem ser destinados para favorecer a participação dos usuários, para que sejam realmente protagonistas e consigam exercer cidadania, com a construção de um projeto detalhando a aplicação destes recursos em prol desta participação. Oficina 2 – Emendas Parlamentares – 18 de novembro de 2014 - Representante COMAS/SP – Carlos Nambu - Oficina Coordenada pelo Conselheiro Nacional Leovanio e com colocações do Conselheiro Nacional Fabio Bruni e do Deputado Yulo Oiticica com a finalidade de a compreensão da atuação dos Conselhos de Assistência Social diante

das questões das Emendas Parlamentares à luz da Orientação do CNAS. Não houveram novidades em relação a esse debate. O Conselheiro Fabio Bruni fez uma abordagem do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) com detalhamento da Assistência Social no PPA Federal, Ações Orçamentárias dos serviços, Benefícios e Projetos (Fundo a Fundo). Enfatizou que é possível a emenda nessas ações, mas nos Benefícios não é possível devido ao seu orçamento imperativo. Falou sobre a possibilidade de emendas no Orçamento em Receitas e Despesas. Na LOA as emendas são individuais e impositivas em obras, as de bancada, de Comissão e Relatoria de Finanças e Orçamento. Exemplificando a Construção de CRAS e CREAMS em imóvel próprio, operacionalizados por convênio ou contrato de repasse e com projetos padronizados. Apresentou algumas estimativas: CRAS – R\$ 340 mil, CREAMS – R\$ 370mil, CENTRO POP – R\$ 480 mil, CENTRO DIA DE REFERÊNCIA – R\$ 555 mil. O convênio pode ser por aquisição de material permanente, veículos, equipamentos para execução dos serviços, dentre outros... Os equipamentos podem ser compartilhados pelas unidades públicas e entidades privadas. O Deputado coloca sobre o fantasma da superposição de atribuições, e citou que o Executivo, Legislativo e Conselhos tem papéis diferentes, ficando clara a necessidade de políticas dentro do SUAS, mas ainda há falta de entendimento do Executivo e legisladores. Ressalta que os orçamentos deveriam ser impositivos, pois hoje são autorizativos. E que a Democracia representativa é muito frágil. E ressaltou a importância da Participação Popular e apresentação de emendas para o Legislativo. Oficina 3 - Oficina 4 - O Controle Social no Programa Bolsa Família (Resolução 15/2014) – Intersetorialidade - Representante COMAS/SP – Laurinda Cândido de Araújo - Coordenação da Mesa - Leila Braga - Conselheira Nacional de Assistência Social - Nívea Soares: Conselheira Municipal de Assistência Social e Coordenadora do PBF de Belo Horizonte/MG - Solange Teixeira - Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e SENARC/MDS - Juliana Agatte - Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e SENARC/MDS - Relatora: Laurinda Cândido de Araújo – COMAS/SP. A Oficina teve por objetivo debater sobre a Resolução CNAS nº 15, de 5 de junho de 2014 que orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF). Considerando a importância desta recente conquista e atribuição dos conselhos de assistência social, a oficina debateu sobre o documento e as séries de situações relacionadas ao assunto, principalmente as questões que se referem à Intersetorialidade e IGD/PBF. Discussão da Resolução nº15 de 2014 • Política Nacional da Assistência Social princípios básicos; Territorialidade, Proteção Social, Transfêrencia de Renda e Inclusão Social no âmbito da Assistência Social; • Foco na Intersetorialidade. 1)Breve relato sobre o Programa Bolsa Família. No Programa Bolsa Família a proteção é para a família e não para o indivíduo, sem intermediação ou interferência de qualquer

natureza. Na família a preferência é da mulher receber o benefício. Sem porta de saída, sem expulso e tem a promoção das famílias. O Cadastro Único é a ferramenta de caracterização das famílias o que alimenta as informações ao governo federal. O Conselho pode e deve fiscalizar a gestão. 2)Pontos de destaque da Resolução nº 15/2014. 1.Fortalecimento e diálogo com os usuários para participação efetiva conhecimento do controle do PBF; 2.Intersetorialidade: envolvimento dos vários atores. O Conselho de Assistência Social é o espaço que possibilita o diálogo entre governo e sociedade civil. Pobreza, beneficiários com dificuldades na saúde e na educação, isso envolve outros setores, que não só a Assistência Social. 3.Trazer de forma orgânica: Saúde, Educação e Assistência Social – se ao menos esses três setores não estiverem envolvidos, as famílias saem da situação de pobreza e passam à situação de risco; 3)Desafios – Papel dos Conselhos: - Mostrar de fato o que é o Programa Bolsa Família e levar esse conhecimento aos usuários; - Proporcionar o diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil, bem como entre essas instâncias e os usuários; - Levar ao usuário o conhecimento do PBF e possibilitar a participação destes na execução e transferência do Programa, assim como da garantia do direito desta participação; 4) Estratégias para participação do usuário: Acessibilidade – Transporte, horários, alimentação... Etc. Linguagem – Simplificação da linguagem e esclarecimentos de siglas e termos específicos da Assistência Social, possibilitando uma comunicação mais direta; Comissão Temática – sugestão de criação desta comissão para discussão dos benefícios e transferência de renda; Socialização das Informações – ressaltando a intersectorialidade. CNAS - articular com os conselhos, estaduais e municipais, em nível de Gestão, tendo em vista a construção e fortalecimento das políticas intersetoriais; MDS – Possibilitar a transparência e

acesso às informações necessárias a construção de uma política participativa, por exemplo, o que é o PTR e o que é o PBF, democratizar informações e disseminar nos Conselhos. Municípios – Descentralização/repasso dos recursos dos IGDs para as instâncias de Controle Social – (através de regulamentação do CNAS). Todos os Conselhos devem ser instâncias do Controle Social do Bolsa Família, com participação dos usuários. 19/12/2014 – 228ª Reunião Ordinária do CNAS - Pauta: 9h às 09h15 - Aprovação da ata da 227ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 228ª Reunião Ordinária. 09h15 às 10h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h às 11h - Apreciação do Calendário de Reuniões do CNAS 2015. 11h às 12h - Relato da Presidência Ampliada. 14h às 18h - Desafios para o Controle Social do SUAS em 2015. Representantes do COMAS/SP: Susana (Secretaria Executiva), Conselheira@s: Claudia, Laurinda, Carlos Nambu e Natanael. Relatório confeccionado somente por Claudia, Carlos Nambu e Laurinda. 2)Relatório da Reunião do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social - Brasília – 08 a 11 de Dezembro de 2014 - Reunião Ordinária do CNAS. Relatório dos Conselheiros representantes do Conselho Municipal da Assistência Social de São Paulo – COMAS/SP. 08.12.2014 – Reunião das Comissões - A reunião Extraordinária da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais foi restrita aos conselheiros nacionais. Portanto, apesar de presente, a Conselheira Municipal do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo, não pode relatar o conteúdo ali tratado. A reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transfêrencia de Renda, prevista para o período da tarde, foi suspensa pela coordenação da mesma. 09.12. 2014 – Reunião das Comissões - Comissão de Política de Assistência Social - O primeiro ponto de pauta foi a apresentação Plano Mais Brasil. A Secretária de Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, Esther Bernerguy, realizou uma apresentação aos Conselheiros membros da Comissão e convidados sobre o Plano Mais Brasil que aborda o processo de planejamento e gestão territorial para a promoção do desenvolvimento regional promovido pelo referido Ministério. Dentre os 29 consórcios contemplados com o processo de construção participativa do PPA, foram apresentados 2 casos: o de municípios da região de Tapajós (Pará) e dos municípios do Rio Grande (Rio Grande do Sul). O foco da discussão foi o impacto dos grandes investimentos realizados pelo Governo Federal nessas regiões e como pensar maneiras de promover a expansão econômica em frentes diversificadas, levando em consideração as vocações específicas de seus povos e tradições (a apresentação na íntegra será disponibilizada pelo CNAS em seu site). Em seguida, os Conselheiros fizeram suas considerações e destacaram a importância do olhar territorial/regional nas ações de planejamento e gestão – tal fato deverá ser incorporado às discussões realizadas na comissão em questão. Além disso, foi definido como encaminhamento que o CNAS recomende aos Conselhos estaduais de Assistência Social (sobretudo da região Amazônica) que fiquem atentos aos debates sobre desenvolvimento regional e seus possíveis impactos na política de assistência. O segundo ponto de pauta discutido pelo grupo foram os desafios e prioridades da Comissão para o ano de 2015. A proposta deste ponto de pauta foi elencar as principais ações no horizonte da Comissão para 2015 bem como classificá-las segundo as prioridades, começando com as perspectivas para o primeiro trimestre. Alguns dos pontos destacados foram: Monitoramento e Controle do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Fortalecimento do papel dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social no que se refere ao acompanhamento do Pacto; Representação e Representatividade dos Usuários e Trabalhadores; Vínculo SUAS das Entidades e/ou Organizações relativo às Entidades Mistas e preponderância na área da Assistência Social; Acompanhamento do Capacita SUAS e Integração de políticas transversais (gênero, raça, pessoa com deficiência) com as políticas da Assistência. Comissão de Política de Assistência Social e de Acompanhamento aos Conselhos - Avaliação das Reuniões Descentralizadas e Regionalizadas do CNAS: Dificuldades de entendimento dos Estados e Municípios no que se refere ao Pacto de Aprimoramento do SUAS, Desconhecimento e dificuldade de utilização do IGD SUAS. Sentiu-se a necessidade dos Estados por uma aproximação maior do CNAS. Verificou-se a dificuldade da ação dos Conselhos com interferência da Gestão. Necessário preparar melhor, baseado em 2014, as Reuniões Descentralizadas e Regionalizadas de 2015, principalmente devido ao ano das Conferências. Na Região Sudeste houve pouca participação. Santa Catarina justificou que havia um evento no Estado, mas não enviou nenhum representante. Sentiu-se a falta de um maior envolvimento dos Conselhos Municipais

das Capitais. No Nordeste houve uma grande participação dos Estados, com grande infraestrutura e cumprimento dos horários. Destacou-se a estranheza do Ceará quanto ao resultado do Censo SUAS. Na Região Norte foi realizada em Belém do Pará com participação razoável, com mais CMAS, ausência de Usuários e Trabalhadores. Dúvidas e dificuldades em relação ao IGD e enfatizou-se a necessidade de aprimoramento da legislação (Lei de Criação dos Conselhos). A Secretária Executiva do CNAS colocou que uma dificuldade na participação dos Conselhos foi assumir a Relatoria e essa questão necessita de estudo da Metodologia. Nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste identificou-se a problemática de ausência de equipe técnica no Conselho, Goiás apontou dúvidas em relação ao resultado do CENSO SUAS – Centro-Oeste. Foi um ponto positivo a Coordenação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos do CNAS. A preocupação foi em relação à participação dos

Conselheiros, principalmente da Sociedade Civil: Como garantir no P.P.A.? É necessário fortalecer a capacitação dos Conselheiros, ampliar a disseminação das informações, tentar trazer as capitais nas Reuniões Descentralizadas e Regionalizadas. A Relatoria precisa ser estudada como fazer. Discutiu-se sobre um enfoque preocupante que trata da autonomia dos Conselhos diante das ações da Gestão. Lembra que as boas práticas nas Regionalizadas seria uma ótima experiência para partilha dos Conselhos, as leis de criação dos Conselhos precisam ser enfatizadas, pois desde 2006 que os Conselhos não colocaram como prioridades. Já existe Resolução da CIT sobre essa temática. Surgiu a Proposta de ênfase por meio de Nota Técnica. O tema de apresentação dos resultados das subcomissões de trabalhadores e usuários será realizada em março. Na Comissão dos Trabalhadores – José Crus, Klátia e Margareth não conseguiram se reunir. Houve uma proposta de revisão das Resoluções afins, com debate na Comissão em Março/2015. No mesmo dia 09/12/2014 das 9:00 às 16:00 horas ocorreu a reunião da Comissão de Normas da Assistência Social - Síntese da reunião: A conselheira Cláudia Laureth Faquinote como coordenadora iniciou os trabalhos às 9:30 horas fazendo a verificação de quórum e constatou a presença dos seguintes membros da comissão: Cláudia Laureth Faquinote; Luziete Maria de Souza Tapajós; Carolina Gabas Stuchi e Dulcineia Reginato Francisco, Alceu Kuhn e Thiago Szolnoki de Barbosa Ferreira Cabral. Constatando o quórum necessário deu início a reunião passando à aprovação da Pauta - 1-- Apresentação pelos conselheiros da proposta preliminar de implementação do Plano de Ação da Comissão de Normas, conforme prazos e responsáveis indicados na reunião de outubro de 2014. 2- apresentação das informações preliminares dos dados do CNEAS pelo Departamento de Rede Socioassistencial Privada do SUAS- DRSP/SNAS; 3-Apresentação da proposta preliminar de trabalho do grupo de estudo sobre a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsa de estudo; 4- análise da Instrução Normativa conjunta No. 01/CRG/OGU, de 24/06/2014, da Ouvidoria geral da União em conjunto com a Corregedoria Geral da União, que estabelece normas de recebimento e tratamento de denúncias anônimas, bem como diretrizes para a reserva da identidade dos denunciantes, com intuito de verificar se há conflito de normativas em relação à Resolução CNAS No. 004/2011, que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Aprovada a Pauta, a Sra. Coordenadora solicitou inversão da Pauta para iniciar pelo item 2 uma vez que já estava presente a Sra. Ana Paula Gonçalves que representa a coordenação geral da Rede SUAS. Aprovada a inversão da pauta a Sra. Ana Paula fez uma longa e detalhada apresentação sobre o desenvolvimento dos trabalhos referentes ao cadastramento dos dados do CNEAS, discorrendo sobre dificuldades iniciais da implantação do referido cadastro informando que até agora somente estavam cadastradas em torno de 1.200 Entidades Assistenciais, os vários conselheiros questionaram, sobre a dificuldades das Entidades atenderem a solicitação dos dados principalmente as entidades que tem Atividades Múltiplas, foi comentado que a responsabilidade pelo cadastramento das Entidades no CNEAS é dos Gestores Municipais conforme explicitado no manual de instruções do preenchimento do CNEAS, a Sra Ana Paula da SINDS fez anotações das considerações feitas pelos membros da Comissão e informou que muitos dos problemas apresentados são comuns a fase de implantação do sistema e que no decorrer de sua implementação eles serão superados por meio do diálogo dos gestores e das entidades, agradeceu as observações dos conselheiros da comissão e se colocou a disposição para novos contatos. A Sra coordenadora agradeceu a presença e a contribuição da Sra Ana Paula informando que oportunamente manterá novos contatos com ela, e deu por encerrado a discussão do item 2 da Pauta. A

seguir foi feita a discussão do item 1 da pauta sobre a implementação do plano de ação da comissão de normas. Os vários conselheiros fizeram suas observações e sugestões, mas devido a ausências de alguns membros, os trabalhos não foram concluídos e serão retomados oportunamente. Em continuidade foi abordado o item 4 da Pauta que tratou da Análise da Instrução Normativa conjunta No. 01/CGR/OGU de 24/06/2014, uma vez que a Resolução CNAS nº 4/2011 não prevê a denúncia anônima e nem a reserva de identidade dos denunciantes, após a apreciação do assunto pelos conselheiros foi aprovada a proposta de deveria ser encaminhado o assunto à Consultoria Jurídica para exame para verificação se há conflito de Normativas em relação à Resolução CNAS nº 04/2011 e se deveremos proceder alguma alteração ou adaptação em nossa Resolução. Na parte da tarde com ausência momentânea da Conselheira Cláudia foi por designado o Conselheiro Alceu Kuhn para coordenar a reunião da comissão, tendo neste momento sido analisado o item 3 da pauta que tratou da apresentação da proposta de trabalho do grupo de estudo sobre a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo trabalho. Após abordagem sobre importância do Tema foi informado dos contatos e tratativas já realizados com o Ministério da Educação e a evolução, mas o tema será retomado na próxima reunião em fevereiro em função da ausência Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga e finalmente foi apresentada proposta de pauta para reunião da comissão a ser realizada em fevereiro de 2015. Preliminarmente foram apresentados para serem discutidos os seguintes itens: 1 - apresentação das informações dos dados do CNEAS pelo Departamento de Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/SNAS; 2 -Apresentação da proposta preliminar de trabalho do grupo de estudo sobre a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsa de estudo. 10.12.2014 – Reunião Ordinária do CNAS - 1) Verificação de quórum. 2) Aprovação de pauta e ata da plenária anterior. 3) Informes da Presidência, Secretaria Executiva, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e MDS (Denise Colin comunicou que colocará os informes junto com o Balanço da Gestão. A Secretária Executiva apresenta as representações dos Conselheiros e Resoluções publicadas. O Conselheiro Anderson, representante do CNAS na CIT, informa sobre a 134ª Reunião realizada na sede do CNAS. Ressaltou-se a adequação das legislações municipais do SUAS, sobre o prazo de pactuação do reordenamento dos serviços de Média e Alta Complexidade, CNEAS – Ampliação de prazo para preenchimento, Apresentação da Secretária Denise Colin em relação ao Balanço da Gestão, bem como do ID CRAS e ID CREAMS. FONSEAS – informa sobre a realização de reunião no dia 03.12.2014. CONGEMAS comunica a realização da Reunião Regional Sul no Balneário de Camboriú, nos dias 26 e 27.3.2015 e, da Descentralizada em Fortaleza no mês de Abril. Conselheiro Anderson informou sobre a realização da EXPO Catadores no Anhembi, dias 01, 02 e 03.12.2014 e sobre a realização do Fórum Nacional dos Usuários e SENARC no dia 05.12.2014. A SAGI realizou Encontro da rede socioassistencial de educação permanente – CAPACITASUAS (Paralela à presente reunião do CNAS). O CNAS fez a avaliação da Reunião Descentralizada do CNAS – Salvador – BA. Colocou-se a necessidade de aprimoramento das Descentralizadas em um novo formato e que ficou clara a dificuldade de participação da Sociedade Civil, alegando-se a legislação municipal e estadual vigente e, que há um desconhecimento quanto ao Pacto de Gestão, bem como o Monitoramento e Controle do Pacto de Aprimoramento do SUAS. Em seguida adiantou-se o ponto de pauta de apresentação do Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações

das Conferências Nacionais, inicialmente previsto para a manhã do dia 11/12/2014. O enfoque de discussão da Comissão foi o início de uma nova experiência de monitoramento das deliberações das Conferências Nacionais. Primeiro foi feita a análise da matriz das deliberações construída pela SNAS. A Análise aconteceu com divisão dos eixos entre os Conselheiros com estudo das normativas, levantamento quantitativo, verificação de implementação ou não, e as que estão em andamento, levantamento quantitativo. As naturezas das deliberações são: Permanente, Pontual (Transitória e de implementação do SUAS), Múltipla (Multiplicidade de ações, inclusive nos âmbitos municipal, estadual e nacional) e, intersetorial e/ou interministerial. Foram separados por blocos para a análise quantitativa e no mês de fevereiro/2015 há previsão de estudo do Plano Decenal para análise comparativa. Surgiu a proposta, ainda a ser deliberada pelo pleno, de construção de um Caderno de Orientações para monitoramento das deliberações das Conferências. Balanço da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS - A Secretária Denise Colin fez uma apresentação detalhada sobre o Balanço de Gestão da SNAS no período de 2011 a 2014. Ela detalhou as

ações desenvolvidas pela Secretaria no que se refere aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais dialogando com as deliberações do CNAS e também das Conferências de Assistência Social. Foram abordados resultados físicos e financeiros, bem como impactos já identificados pelas ações implementadas. Balanço da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC/MDS - O Secretário Luis Henrique da Silva de Paiva também realizou uma apresentação detalhada sobre as ações da Secretaria responsável pelo Cadastro Único e também pelo Programa Bolsa Família. Ele tratou dos resultados alcançados pelas ações da Secretaria tendo como foco principal a articulação com o Plano Brasil Sem Miséria, estratégia nacional de combate à extrema pobreza coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e que envolve mais de 20 outros Ministérios. As duas apresentações, na íntegra, serão disponibilizadas no site do CNAS. 11.12.2014 – Reunião Ordinária do CNAS - Na parte da manhã fora realizada leitura do relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da reunião da Presidência Ampliada. Os principais pontos foram: Definição da metodologia para realização da X Conferência Nacional ocorrerá em fevereiro de 2015, Definição da composição da Comissão organizadora da X Conferência e Apresentação do calendário de reuniões do CNAS para 2015. Na parte da tarde, foi realizada a Leitura de documento produzido pelos Conselheiros e Conselheiras representantes da sociedade civil sobre a preocupação que eles têm em relação às estruturas administrativas na área da Assistência Social. Com os novos governos em fase de estruturação foram constatados muitos casos em que a área de Assistência aparece dentro da mesma estrutura que outras políticas, como Trabalho ou outras. A recomendação do CNAS foi que o documento fosse assinado por todos os membros por refletir uma preocupação de todos. Dando continuidade, realizaram leitura do relato da Comissão de Normas da Assistência Social, da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, e da Comissão de Política da Assistência Social. Todos os relatos das reuniões das Comissões e da reunião da Presidência ampliada serão posteriormente disponibilizados na íntegra no site do CNAS. Por fim, foi realizada leitura da nota de repúdio do CNAS sobre a atitude desrespeitosa, sexista e vulgar do Deputado Jair Bolsonaro proferida no dia 9 de dezembro de 2014 durante sessão no Plenário da Câmara Federal contra a Deputada Maria do Rosário. Representantes do COMAS/SP: Carlos Nambu – Presidente, Cássia Goreti da Silva – Vice-Presidenta, Marília Câmara de Assis – Conselheira e Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho – Conselheiro. 3)Comitê do Plano Municipal Decenal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Reunião realizada no dia 16.12.2014 - Foi criado e-mail pela nossa Conselheira Gabriela para as contribuições e comentários do Marco Situacional e Plano até 16 de janeiro. Os apontamentos e sugestões serão sistematizados e discutidos posteriormente, a fim de construir orientações que guiarão o trabalho a ser realizado pela consultoria que será contratada. Nossa próxima reunião será no dia 21 de janeiro, às 9h30, em SMPIR (como indicativo, ocorrerão reuniões quinzenais, a serem realizadas na primeira e terceira quartas-feiras do mês, nesse mesmo horário e local). Nessa Reunião a Conselheira Gabriela representou a Presidência do COMAS/SP. 4)Na reunião do CNAS de Fevereiro representarão o Elizeu as Conselheiras Gabriela Biazzi Justino da Silva, Claudia Elizabete da Silva, Ivana Azevedo Martins Vilgelinas e o Conselheiro Carlos Nambu, com posterior confirmação da representação da Secretaria Executiva. b)Referendo de Membros do Poder Público para a Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social – A vice presidente Cassia apresenta os nomes do Poder Público para compor a Comissão Organizadora Central da XI Conferência, os quais são: Cassia Goreti da Silva, Gabriela Justino de Biazzi e Valter Antonio Morato, como titulares, sendo suplentes os conselheiros Claudia Elizabete da Silva e Carmen Bongiovanni. Os nomes foram referendados pela plenária. O presidente Carlos Nambu lembra que o Fórum de Assistência Social – FAS e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, ainda não apresentaram nomes para compor a Comissão, ao que o conselheiro Natanael argumenta que o FAS já indicou representantes por meio de ofício entregue no dia de hoje à Secretaria Executiva do COMAS. A conselheira Cássia ressalta que o padrão de representação de três titulares e dois suplentes será mantido para a SMADS e também para o FAS, sendo que o Fórum não indicou suplentes. c)Encaminhamentos da Minuta de alteração da Resolução COMAS 528 entregue pelo GT – A proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho já foi entregue ao COMAS, o presidente Carlos Nambu sugere que o documento seja encaminhado à Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Relações

Interinstitucionais, para que avaliem conjuntamente e tragam ao plenário para apreciação e aprovação dos conselheiros. A Reunião conjunta foi marcada para o dia 03 de fevereiro, às 14hs, na sede do COMAS. A conselheira Valéria Ribeiro sugeriu que a próxima reunião seja definida posteriormente. Foi solicitado à Secretaria Executiva que faça a convocação, por e-mail e encaminhe o material do Grupo de Trabalho. A vice-presidente, Cássia Goreti, sugere que os Conselheiros Carmen e Natanael, integrantes do GT, façam uma breve apresentação da minuta. A Secretária executiva também foi incumbida de providenciar a publicação da posse do conselheiro André Luis e Humberto. d)Secretaria Executiva – Informe sobre Cadastro Biométrico na Portaria – A Secretária substituta Marcela faz a leitura do informativo do condomínio, que instrui sobre a instalação de identificador biométrico na portaria do prédio onde funciona o conselho. Todos os conselheiros deverão se cadastrar para terem acesso ao prédio. A Secretária executiva enviará à administração do condomínio a lista com os nomes dos conselheiros. O acesso ao público no prédio será das 9h às 17horas. 6–Relatos das Comissões - a)Comissão de Monitoramento e Controle das Deliberações das Conferências. O presidente Carlos Nambu registra em sua fala a ausência dos conselheiros nas reuniões da comissão. Ressalta que na reunião do dia 20/01/2015 não teve quórum e a mesma não aconteceu, conforme relato abaixo. Vanderlei, presidente do Fórum de Assistência Social diz que colocará o assunto em pauta na próxima plenária do Fórum e que talvez sejam indicados novos representantes do FAS/SP.